

COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS DO VALE DO GUAPORÉ: HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS

Angélica Arruda de Souza

Katia Aparecida da Silva Marques

Maira Bernaldo Rocha

Vania Cristina Teodoro Moreira

Reginaldo de Oliveira Nunes

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo abordar alguns aspectos e características das comunidades quilombolas, sua origem, reivindicações e pertencimento social. Este trabalho foi fundamentado em uma metodologia de pesquisa bibliográfica em artigos encontrados na internet e baseado nas discussões e aprendizados em sala de aula sobre os conhecimentos da educação com os povos da floresta. Durante o desenvolvimento foi percorrido sobre os quilombolas do Vale do Guaporé, localizado no território de Rondônia e alguns aspectos gerais da educação pelo qual eles lutam. A linguagem utilizada nesse trabalho foi a mais simples e clara possível, possibilitando o entendimento do mesmo por qualquer pessoa, por mais leiga que ela seja no assunto, uma vez que ele tem como objetivo principal, apresentar esses povos as pessoas comuns da nossa sociedade que por vezes não fazem ideia de sua existência e necessidades.

Palavras-chave: Povos Remanescentes de Quilombolas. Educação. Lutas Sociais.

1 INTRODUÇÃO

Quando se para refletir sobre os povos remanescentes de quilombolas e suas comunidades, chega-se a conclusão que poucas pessoas tem a real consciência de quem são esses povos.

Pensando nisso, fica claro que a primeira medida que deve ser considerada para a aceitação e emancipação social dessas comunidades é a criação de visibilidade para sua gente, para suas lutas, seu processo educacional, sua cultura, entre outros. Isso é importante, para mostrar à sociedade quem são essas pessoas, de onde vieram e quais são suas necessidades. Inicialmente, cabe destacar que a comunidade remanescente de quilombola atual, não tem uma religião específica, pois trata-se de um grupo com pessoas de diversas etnias e conseqüentemente religiões.

As comunidades remanescentes de quilombolas no Brasil, surgiam na chamada "época de colonização", no século XVI. Nessa época os povos africanos eram trazidos para o Brasil contra sua vontade para serem escravizados pelo colonizador europeu.

Ao chegarem ao Brasil, muitos fugiam para as florestas, ainda pouco exploradas. Quando um grupo conseguia se reunir em determinado local, o que não era considerado atividade simples, eles criavam uma comunidade que tinha como objetivo servir de abrigo e refúgio para novos fugitivos. Essas comunidades, aqui no Brasil, passaram a ser chamadas de quilombos (PORFÍRIO, 2021).

Com o passar do tempo, os quilombos foram sendo registrados, como o Quilombo dos Palmares, um dos mais conhecidos no Brasil e cujo líder era Zumbi dos Palmares. No século XVII, os quilombos já somavam uma população de 20 mil habitantes. Após a abolição da escravatura, em 1888, os quilombos se espalharam nas terras brasileiras, deixando de ser um abrigo de escravos fugitivos para receber também indígenas e até mesmo brancos, o que originou uma mistura de culturas dentro das comunidades quilombolas.

Mesmo com o aumento da população, os povos remanescentes de quilombolas ainda são uma minoria, e como consequência sobrem com o descaso do governo em muitas assistências básicas, como saúde, saneamento básico e educação. Até mesmo suas terras conquistadas com muito suor e sangue dos ancestrais, não lhes pertencem. São terras da união, com usufruto das gerações, causando uma grande insegurança quanto ao futuro.

Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo mostrar por meio de uma revisão bibliográfica, quais são as maiores dificuldades educacionais desses povos, suas reivindicações e suas lutas sociais.

2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa está delimitada no estudo das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da região do Vale do Guaporé, território de Rondônia. Foi feita uma breve contextualização reflexiva acerca dos povos remanescentes de quilombolas. Esses povos lutam por seus direitos por meio de reivindicações visando a implantação de uma educação que os reconheça como sujeitos históricos e de valores culturais.

É importante ressaltar que os povos remanescentes de quilombolas anseiam serem vistos com maior visibilidade por parte da sociedade atual, tendo uma vida com dignidade e respeito.

Na região do Vale do Guaporé, estado de Rondônia, os Quilombos passaram por várias dificuldades, sendo uma delas a identidade como povo quilombola. Essa identidade é advinda de heranças escravas, negros e indígenas. Nessa região, existe a fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Assim, foi surgindo os assentamentos negros constituindo por meio de processos de territorialização da região pelos portugueses. Segundo Farias Júnior (2013), uma dessas investidas foram as construções dos fortes, que tinham a finalidade de proteger as divisas do país, bem como as investidas dos bandeirantes que procuraram por ouro e pedras preciosas na região.

Nessas construções eram necessárias mão de obra. Desde modo, começaram a trazer negros e indígenas para realizarem os trabalhos nas construções das fortificações. Segundo Farias Júnior (2013), chegaram seis escravos pedreiros, trazidos em uma caravana, da Fazenda Real para trabalharem na construção do Forte Príncipe da Beira, na atual cidade de Costa Marques, estado de Rondônia. As condições de vida na região não eram boas, pois havia doenças endêmicas, risco de infecções e disputas por territórios de indígenas que já se encontravam na região.

Os quilombos da região do Vale do Guaporé são decorrentes de remanescentes desse processo de desbravamento da Região Norte do país. Com o declínio da mineração na região e o fraquejo das drogas do sertão, foram abandonados à própria sorte, ignorados e sentenciados a uma vida de subsistência às margens do rio Guaporé (LIMA; SOUZA, 2015).

Sobre esse aspecto, ainda consideram que “a presença de quilombolas às margens do Guaporé pode ser explicada a partir do processo de abandono da região pelas elites brancas”. Por não haver mais necessidade de se esconderem em áreas de difícil acesso, as populações quilombolas da região do Riozinho e do São Miguel, afluentes do Guaporé, “mudaram-se para as suas margens, tornando-se visíveis e estabelecendo-se como pequenos proprietários, agricultores e extrativistas” (LIMA; SOUZA, 2015, p. 3).

Dessa forma, os negros e indígenas que foram trazidos para essa região, se juntaram aos assentamentos de negros fugidos, e foram criando suas comunidades quilombolas, com dialetos próprios, crenças, músicas, danças, culinária, entre outros.

No que se refere a educação nas comunidades remanescentes de quilombolas é pertinente destacar que a educação é um direito de todos, devendo ser gratuita e de qualidade. Ela precisa englobar todas as pessoas sem fazer discriminação de cor, raça, cultura, religião, gênero, entre outros. O princípio educativo visa promover a transformação social e a autonomia, sendo um dos direitos básicos à formação humana. Direito esse, que as populações remanescentes de quilombolas vêm a décadas lutando para ter acesso. Logo, após conquistado, deve-se considerar outro desafio tão difícil quanto, que é garantir a permanência e aproveitamento do ensino, atuando na construção de uma escola que realmente contemple no seu currículo a identidade, cultura e seus valores.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), estabelece em seu Art. 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Assim, a educação precisa alcançar a todos, mesmo em lugares mais

afastados de difícil acesso, como é o caso de grande maioria das comunidades remanescentes de quilombolas.

A Educação Quilombola precisa considerar as vivências, realidades e histórias das comunidades quilombolas do país, de forma a considerar suas especificidades étnico-culturais. A proposta da modalidade do ensino básico para esses grupos deve ser diferenciada pois o contexto que estão inseridos é diferente (SILVA, 2018).

Com a institucionalização da escola dentro das comunidades remanescentes de quilombolas, é preciso a adoção de práticas educacionais que auxiliem nos processos de aprendizagem, revertendo assim o histórico opressivo ao aluno remanescente que traz consigo o reflexo obscuro dos seus antepassados, que vivenciaram o período da escravidão. Nos dias atuais, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), trabalham dando apoio e elaborando estratégias de ações afirmativas.

O CONAQ "se constitui como uma organização do âmbito nacional sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos (as) quilombolas do Brasil". O objetivo da coordenação "é buscar políticas públicas para as pessoas que estão na situação de precariedade e vulnerabilidade social" (CONAQ, 1995).

Para que essa educação seja efetiva e contemplativa, o movimento quilombola busca um engajamento participando ativamente na associação e apoio a comunidade afirmando que precisam da implantação de políticas públicas e ações afirmativas para a Educação. Segundo CONAQ (1995), as comunidades remanescentes de quilombolas têm feito reivindicações, ao qual cobra por assistência "por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos, o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas, pela permanência do jovem no quilombo e acima de tudo uso comum e efetivo do território".

A educação escolar quilombola "deve ter como referência valores culturais, sociais, históricos e econômicos dessas comunidades". Para tanto, a escola "deve se constituir como um espaço de diálogo entre conhecimento

escolar e a realidade local, valorizando o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território" (CONAQ, 1995).

A escola pensada para a comunidade remanescente quilombola precisa adotar uma perspectiva na vertente de fortalecimento da cultura, foco na diversidade, na valorização da identidade étnico racial. É essencial, portanto, levar também em consideração que a educação quilombola envolve um processo amplo, incluindo as práticas rotineiras da comunidade, a família, interação e vivência com o outro, saberes, festividades e datas comemorativas que fazem parte da cultura dessas pessoas (CONAQ, 1995).

O percurso visando a implantação da escola quilombola iniciou tempos atrás. Por meio de uma carta feita no I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, em 1995, reivindicaram e solicitaram prioridade na educação, adaptadas as realidades negra e rural, com diálogo aos valores da comunidade, materiais didáticos específicos à prática pedagógica para aprendizado e aperfeiçoamento de professores.

No encontro, foi possível mencionar as demandas das comunidades, além de expressar os anseios e as necessidades que não podiam continuar adiando. Uma dessas necessidades seria a implantação de um curso para alfabetização de adultos devido a uma demanda crescente de adultos que não tinham aprendido a ler e escrever na idade certa, por falta de oportunidades e acesso.

A educação quilombola é um exemplo de políticas públicas fruto da resistência e envolvimento do movimento negro e quilombola. Após vários encontros em conferências, como a I Conferência Nacional da Educação Básica (CONEB, 2008) e da Conferência Nacional da Educação Básica (CONAE, 2010), a educação quilombola foi regulamentada pelo parecer nº 08, do Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 20 de novembro de 2012.

Segundo Brasil (2013), ficam estabelecidos no Art. 1º as "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta resolução". A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica organiza o ensino ministrado nas instituições educacionais

fundamentado, informado e alimentado na: a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (p. 478-479).

Nesse sentido, pode se considerar que a escola para as comunidades quilombolas precisam de uma pedagogia própria que represente suas práticas, experiências e vivências. Ou seja, compreende-se a educação como um processo de construção, onde irá fazer parte da formação humana durante toda a sua existência e, está presente em toda a sociedade. Portanto, a escolarização nada mais é que um recorte do processo educativo mais amplo (SILVA, 2018).

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola segue as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Segundo essas diretrizes, a educação escolar quilombola “é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade”. Além disso, deve estabelecer uma “formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira”. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, “deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural” (BRASIL, 2013, p. 42).

O Projeto Pedagógico da escola precisa estar em consonância com os princípios da comunidade. Deve considerar a liberdade, pluralismo, realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica. É importante manter um diálogo aberto com os povos remanescentes. Para esses povos, o ensino das crianças deve ocorrer em consonância com as práticas rotineiras da comunidade garantindo um saber efetivo.

Segundo Brasil (2013, p. 458-9), por mais que existam várias comunidades em uma determinada região, “a especificidade ou demanda

por um determinado material relativamente é diferente, desse modo, há a necessidade de ouvir e solicitar para a pessoa responsável por essa função descrever o que cada comunidade precisa naquele momento”.

A elaboração do currículo para a escola quilombola deve envolver um cuidado e atenção redobrada. Afinal, estamos falando de pessoas num contexto social específico, portanto, não é apenas “despejar conteúdo em cima dos alunos ou transmitir informações descontextualizadas com a forma de organização de sociedade desse grupo” (BRASIL, 2013, p. 461).

Em relação ao calendário escolar, deve-se introduzir as comemorações nacionais e locais, evitando restringi-las às meras datas comemorativas. Na elaboração do calendário escolar é importante a participação e envolvimento da comunidade, porque a forma como será estruturado e organizado precisa ser desenvolvida de forma democrática em reuniões ou assembleias (BRASIL, 2013).

A Escola não pode passar por cima dos valores da comunidade, devendo cultivar o respeito a cultura, as datas comemorativas, as festividades locais e ao pertencimento identitário.

3 CONCLUSÃO

Pode-se considerar que a falta de políticas públicas de apoio e assistência aos povos remanescentes de quilombolas, pode levar ao desaparecimento de muitas culturas locais, que existem apenas nessas comunidades. Muitas crianças e jovens das comunidades desconhecem as histórias de seus antepassados, pois a grande maioria dos conhecimentos são transmitidos de forma oral e sem registros escritos, tendem a se perder com o passar do tempo.

É preciso que os futuros educadores (as) deem visibilidade à essas pessoas, muitas vezes esquecidas pela sociedade, mostrando para as novas gerações a importância da manutenção cultural dos povos quilombolas. É importante também a luta pela dignidade de um povo que quer apenas viver

uma vida simples em contato com a natureza, garantindo seus direitos básicos de reconhecimento, saúde e educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2013-pdf/13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf>>. Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL. Conferência Nacional de Educação (CONAE). Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 08 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação Básica (CONAE). 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 08 out. 2021.

CONAQ. Educação quilombola. 2015. Disponível em: <http://conaq.org.br/coletivo/278/>. Acesso em: 08 out. 2021.

FARIAS JÚNIOR, E. A. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. Cienc. Cult., v. 65, n. 1, São Paulo, jan. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000100015>. Acesso em: 09 nov. 2021.

LIMA, U.N.; SOUZA, M.E.S. O quilombola guaporeano – identidade, trabalho e religiosidade. 2015. Anais... XXVII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, SC, 27 a 31 jul., 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427746472_ARQUIVO_Texto-ANPUH.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

PORFÍRIO, F. "Quilombolas". Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/quilombolas.htm>>. Acesso em: 09 out. 2021.

SILVA, D.J. Educação Quilombola: um direito a ser efetivado. 2018. Disponível em: <http://cclf.org.br/wp-content/uploads/2019/10/CARTILHA-QUILOMBOLA.pdf>. Acesso em: 09 out. 2021.

Sobre o(s) autor(es)

Angélica Arruda de Souza é graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná, Rondônia. Endereço eletrônico: angelikarruda7@gmail.com

Katia Aparecida da Silva Marques é graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná, Rondônia. Endereço eletrônico: katiavictor385@gmail.com

Maira Bernaldo Rocha é graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná, Rondônia. Endereço eletrônico: maira.bernaldo@gmail.com

Vania Cristina Teodoro Moreira é graduanda em Licenciatura em Pedagogia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná, Rondônia. Endereço eletrônico: vaniacrisopo@gmail.com

Reginaldo de Oliveira Nunes é docente do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), campus de Ji-Paraná, estado de Rondônia. Líder do grupo de pesquisa em Etnoconhecimento e Pesquisa em Educação (GPEPE) e docente titular da disciplina de Educação com Povos da Floresta.